

Mestre Bulhões

JORNAL DE BRASÍLIA

reexplica

fim de fevereiro

a sua "loucura"

9 FEVEREIRO 1984

São Paulo — "Peço que os jovens acompanhem a loucura do velho", solicitou ontem o professor Otávio Gouveia de Bulhões aos economistas Adroaldo Moura da Silva, da USP, e Paulo Rabello de Castro, da FGV, que fizeram algumas objeções à tese que o ex-ministro da Fazenda vem defendendo consistentemente a partir de 1979 para combater a inflação. Em palestra que proferiu em São Paulo, a convite da Federação Nacional dos Bancos, Bulhões explicou: "A loucura do velho consiste em acreditar que, cessada a expansão do crédito, cessa também a expansão da base monetária; eliminada a correção monetária, caem também os demais componentes de custos e criam-se condições para uma retomada do crescimento econômico".

Segundo o ex-ministro, a expansão do crédito no Brasil foi feita durante muito tempo para expandir a produção, principalmente no setor agrícola, mas, a partir de 78, todo aumento na oferta do crédito foi feito para manter ou elevar os preços. Por esse motivo ele insistiu na necessidade de reduzir a oferta de moeda para reduzir a inflação. Com a queda dos preços, o crédito, mesmo crescendo menos, seria suficiente.

Para o professor Bulhões, o encurtamento dos prazos dos depósitos bancários e dos títulos públicos dá uma distorção quando se analisa a oferta de crédito na economia. O que aparentemente é depósito a prazo na prática atua como depósito à vista ou moeda disponível, item que às autoridades monetárias classificam como M1. "Enquanto as autoridades monetárias continuarem se orientando pelo M1 para avaliar a expansão da oferta de crédito ficarão completamente desorientadas".

Sem mencionar explicitamente nenhum ministro ou ex-ministro Bulhões criticou a estratégia adotada pelo governo no setor econômico a partir de 1979, quando Delfim Netto substituiu Mário Henrique Simonsen no Ministério do Planejamento. Lembrou que em 77 e 78 o governo havia contido a oferta de crédito, mas que em 1979 essa estratégia foi alterada e a expansão do crédito nesse exercício

atingiu 218%. "A partir daí o desastre foi total".

Bulhões assinalou que, se o governo tivesse insistido um pouco mais na política que vinha sendo seguida até 78, o País não estaria agora com tanta inflação, tanta correção monetária e tanta recessão. Ele reconheceu que em 84 a expansão do crédito será menor que a de 83 e prometeu esperar mais uns três a quatro meses para ver se a inflação cai. "Se cair não prego mais minha tese, mas se isso não ocorrer continuarei falando". De qualquer maneira, o ex-Ministro considera fundamental a extinção da correção monetária, instrumento que ele ajudou a criar, por entender que hoje o déficit público é provocado em grande parte pelo peso da correção sobre a vida pública e não pelos gastos do governo.

Após ouvir de Adroaldo a observação de que a extinção da correção poderia eliminar o hábito de poupança dos brasileiros, e de Rabello de Castro de que seria necessário unificar os orçamentos para se colocar a casa em ordem, Bulhões disse que concorda com essas objeções, mas insistiu: "Reconheço que minha proposta é ousada e pode parecer afoita, mas estou convencido de que pode dar certo". Concordou também com o vice presidente do Banespa, Gilberto Dupas, de que haveria um período de transição muito doloroso, mas acrescentou: "É preferível sofrer com esperança que sem um horizonte à vista".

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, indagado ontem sobre o comentário do economista Adroaldo Moura da Silva de que "no atual quadro de iliquidex na economia" a tendência é das taxas de juros se elevarem ainda mais, Ikeda foi incisivo: "Cuidado com o que ele diz, ele também é banqueiro, e os bancos querem sempre mais".

Ikeda disse que não acredita numa elevação ainda mais drásticas das taxas de juros do segmento de bancos e financeiras e nem fala numa redução. Adroaldo é professor na Universidade de São Paulo (USP) e assessor econômico da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).